

estatal da economia, assim não foi acrescido, em caso algum, por expropriação ou nacionalização de setor estrangeiro; o autofinanciamento tem sido o seu caminho natural. A função do Estado tem sido, preferentemente, de redistribuidor da renda, pela ação dos mecanismos de que dispõe, mas a estreiteza da base financeira do Estado, no Brasil, conseqüente da pobreza do povo, obriga ao uso dos impostos indiretos, como o de renda, para redistribuir a renda, em benefício das classes privilegiadas, como da emissão de papel-moeda, o uso da inflação como processo de transferência de renda, quando mantida em certos limites. Outra forma de transferência está nos empréstimos internos e externos. Dívida pública, inflação e impostos indiretos funcionam como mecanismos redistribuidores e têm sido amplamente empregados. O ritmo de desenvolvimento esbarra, sempre — admitido tão simplesmente como reprodução ampliada capitalista — na limitação representada pelos setores pré-capitalistas. Daí a tendência para situar o desenvolvimento como simples crescimento de índices quantitativos à exportação.

A função do Estado poderia ter assumido, se considerados apenas os interesses nacionais, uma das três formas: nacionalização de certos setores da economia; aplicação de programas oficiais de desenvolvimento econômico e social; reformas na estrutura vigente. Nenhum deles foi utilizado ou, quando isso aconteceu, desencadeou crise política grave.<sup>200</sup> A necessidade de atender a opinião, que pressiona, de alguns anos a esta parte, no sentido do desenvolvimento, forçou, entretanto, a adoção de uma política que simula tal desenvolvimento, alinhando índices expressivos, sem distinguir que eles nada têm com a economia brasileira, antes assinalam o seu comprometimento. Nos últimos cinco anos, por exemplo, o PNB cresceu de 40%, ou seja, em média, de 8% ao ano; mas, em contrapartida, baixou também de 8% a participação na renda nacional de 95% da população do país; 89 milhões de brasileiros têm, hoje, renda menor do que há cinco anos passados; enquanto 5% da população detinham 37% da renda nacional ontem, controlam hoje 47% dela; em 1967, as despesas do Governo eram da ordem de 37 milhões de dólares para chegar, em 1971, a 100 milhões; re-

<sup>200</sup> A adoção do regime de monopólio estatal para exploração do petróleo foi a maior vitória nacionalista, no Brasil. Ela não teria ocorrido, provavelmente, se se tratasse de expropriar ou nacionalizar concessão estrangeira. A vantagem brasileira, no caso, foi a coincidência com uma fase mundial de superprodução de petróleo, quando os trustes petrolíferos desejavam as concessões apenas para evitar que elas entrassem em produção; ao mesmo tempo que se tratava de início de exploração, quando aqueles trustes descreiam, realmente, da capacidade brasileira para o empreendimento.